

## ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTEG E CTIL-G – 06.02.2020

1 Ao sexto dia do mês de fevereiro de 2020, às 09h00m, o Comitê das Bacias  
2 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu-RJ, deu  
3 início à 2ª Reunião Extraordinária Conjunta das Câmaras Técnicas: CTEG e CTIL-G do  
4 biênio 2019-2020, no auditório da Câmara Municipal de Seropédica, tendo como pauta  
5 os seguintes assuntos: **1- Apresentação, leitura e aprovação da pauta; 2- Leitura da**  
6 **ata da reunião anterior (23.01.2020); 3- Panorama dos projetos de saneamento**  
7 **aprovados para a Região Hidrográfica II; 4- Criação da Câmara Técnica de**  
8 **Saneamento. 5- Discussão sobre propostas e soluções para a crise no**  
9 **fornecimento de água no Estado do Rio de Janeiro.** Markus Stephan (ADEFIMPA-  
10 RJ) e Amisterdan Ribeiro (P.M. Piraí), respectivamente coordenador e subcoordenador  
11 da Câmara Técnica de Estudos Gerais, deram início a reunião conjunta entre as  
12 Câmaras Técnicas enquanto aguardavam a chegada de Wladimir Loureiro (FAM RIO) e  
13 Uiara Martins (CREA-RJ), coordenadores da CTIL-G. Markus Stephan (ADEFIMPA-RJ)  
14 iniciou a reunião solicitando que cada um dos presentes se apresentasse. Amisterdan  
15 Ribeiro (P.M. Piraí) apontou a necessidade do Comitê Guandu debater a temática de  
16 saneamento e mencionou que essa temática sempre era tratada num pacote imenso,  
17 dificultando a construção e/ou realização dos parâmetros estabelecidos e, no entanto,  
18 destacou que outros programas conseguiram ser efetuados. Destacou que os  
19 municípios têm sofrido ataques da mídia perante a questão do saneamento e mencionou  
20 ainda que saneamento não depende apenas da vontade dos municípios, que possuem  
21 poucos recursos, mas depende principalmente da vontade do estado. Diante disso,  
22 defendeu a criação do Grupo de Trabalho de Saneamento Básico para tratar do assunto  
23 de maneira separada para dar ênfase. **1- Apresentação, leitura e aprovação da pauta**  
24 Wladimir (FAM RIO) citou que votou contra a criação da CT e criticou o envio das cartas  
25 pela diretoria, informando que alguns membros foram cassados e estão em risco de  
26 perderem os cargos em suas instituições por conta das cartas. Citou os direitos dos  
27 denunciante, mencionando a existência de protocolos internacionais. Carlos Cesar  
28 (P.M. Paracambi) comentou que o problema atual da CEDAE é a incapacidade técnica  
29 e que não é cabível responsabilizar os municípios pelo tratamento de esgoto pois a  
30 responsabilidade do tratamento é da Estação de Tratamento do Guandu (ETA Guandu),  
31 que tem a titularidade do tratamento de água e esgoto. Embora, esteja previsto na  
32 constituição que a responsabilidade é do município, a titularidade é da CEDAE e as  
33 forças políticas não permitem que o município faça a fiscalização. Mencionou que os  
34 contratos estão sob a responsabilidade do Estado e que, diante disso, não é possível  
35 fazer a gestão dos contratos assinados e isto impossibilita as ações municipais.  
36 Defendeu que a responsabilidade da CEDAE perante o tratamento de esgoto deveria  
37 ser judicializada. Mencionou que os especialistas da AGEVAP deveriam ter defendido  
38 os municípios em suas declarações na mídia e que os mesmos deveriam ter procurado  
39 informações junto aos municípios quanto a utilização e destinação dos recursos.  
40 Colocou o município de Paracambi a disposição para esclarecimentos. Declarou ser um  
41 absurdo um projeto de 200 milhões sobrepor um projeto de 3 milhões que resolveria o  
42 problema de 70% do esgoto de Paracambi. Uiara Martins (CREA-RJ) mencionou sobre  
43 situações constrangedoras que alguns membros sofreram e enfatizou a participação  
44 histórica do CREA-RJ no Comitê Guandu. Salientou a necessidade de uma reunião para  
45 discutir sobre gestão, contratos e encaminhamentos. Em relação a pauta destacou ser  
46 importante apresentar as ações do comitê durante os 10 anos, tendo em vista que 70%

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTEG E CTIL-G – 06.02.2020

47 do recurso é destinado a saneamento. Ressaltou que há entraves no comitê, mesmo  
48 diante da participação de instituições como a CEDAE e o INEA. E que no período de sua  
49 participação no comitê nunca ouviu falar sobre a CEDAE. Destacou que os membros  
50 das Câmaras Técnicas não têm acesso as atas e as decisões tomadas nas reuniões da  
51 diretoria. Defendeu a criação da Câmara Técnica de Saneamento, indagando o porquê  
52 da CTEG não ter discutido antes a questão do saneamento, se 70% da verba do comitê  
53 é destinada a saneamento. Ressaltou que houve a necessidade de criação de uma  
54 Câmara Técnica de Saneamento pois em determinado momento não houve a  
55 priorização do assunto pelas duas Câmaras Técnicas, a CTIL-G e a CTEG. Wladimir  
56 Loureiro (FAM RIO) e Markus Stephan (ADEFIMPA-RJ) sugeriram manter a ordem  
57 lógica da pauta e das inscrições. Luna Pedrosa (FAM RIO) mencionou que as cartas que  
58 foram enviadas aos membros surgiram junto a minuta de transparência, no momento  
59 que os membros solicitavam transparência à secretaria executiva e destacou que o que  
60 motivou o envio das cartas foi a minuta de transparência. Franziska Huber (FAETERJ-  
61 PARACAMBI) mencionou que na época a CTEG votou sobre o tema de saneamento.  
62 Nelson Reis (APEDEMA-RJ) defendeu a criação da Câmara Técnica de Saneamento.  
63 Destacou o papel da diretoria colegiada mencionado no regimento interno e disse que  
64 as decisões aceitas democraticamente, são decisões apontadas por voto e deve-se  
65 seguir o que foi votado. Expôs que não aprovou as cartas que foram enviadas aos  
66 membros. Hendrik Mansur (TNC) solicitou que houvesse respeito pelos assuntos da  
67 pauta e defendeu a criação da Câmara Técnica de Saneamento. Informou que o recurso  
68 oriundo do uso da água pode ser utilizado pelo INEA ou pela AGEVAP, mas é o comitê  
69 que delibera quem irá utilizar. O recurso destinado a saneamento está sob a  
70 responsabilidade do INEA. Destacou que a Câmara Técnica de saneamento é  
71 importante como oportunidade para trazer os municípios ao comitê para que eles  
72 possam decidir onde os recursos devem ser aplicados. (20:24) Gilvoneik (convidado)  
73 mencionou que a criação da Câmara Técnica deve ter um objetivo. Mencionou que o  
74 comitê é um espaço de criação de políticas públicas, mas que não tem acesso a  
75 informações da CEDAE. Destacou que a crise hídrica não é apenas sobre abastecimento  
76 pois as praias, também, estão poluídas por conta do esgotamento sanitário. Franziska  
77 Huber (FAETERJ-PARACAMBI) mencionou a importância da criação da Câmara  
78 Técnica de saneamento, lembrou que foi feito um levantamento dos recursos que  
79 estão retidos no INEA pela última gestão das câmaras técnicas. Destacou a crise hídrica  
80 que ocorreu em anos anteriores e que deixou o comitê sem recursos. Solicitou, ainda,  
81 que não se desqualifiquem as votações que ocorreram na CTIL-G sobre transparência  
82 pois, na época, votaram no que julgavam justo. Além disso, destacou que não é contra  
83 a transparência, mas que informações parciais, inacabadas, não devem ser divulgadas.  
84 Após as discussões os membros aprovaram a pauta da reunião. **2- Leitura da ata da**  
85 **reunião anterior (23.01.2020)** Daiana Gelelete (AGEVAP) realizou a leitura da ata da  
86 reunião do dia 23/01/2020. José Paulo (OMA BRASIL) parabenizou o Wladimir pelo  
87 progresso da câmara técnica, pediu para ser incluído na lista do grupo de trabalho.  
88 Amisterdan Ribeiro (P.M. Pirai) sugeriu que fosse reaberto a discussão sobre o  
89 regimento interno e criticou o fato da fala dele não estar registrada na ata da última  
90 reunião. Mayná Coutinho (CEDAE) frisou a importância da fala do Amisterdan ser  
91 incluída pois todos tiveram direito de corrigir suas falas. Após a leitura, a ata da 1ª  
92 Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas foi aprovada pelos membros. **3- Panorama**

93 **dos projetos de saneamento aprovados para a Região Hidrográfica II** Daiana  
94 Gelelete apresentou o item 3 da pauta sobre o Panorama dos projetos de saneamento  
95 aprovados para a Região Hidrográfica II. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) interrompeu a  
96 apresentação para apontar sobre a execução dos projetos da resolução 48/2010 e  
97 informou que o INEA tinha um engenheiro responsável por avaliar os projetos mas ele  
98 foi exonerado e não foi substituído por outro profissional. Hendrik apontou que é  
99 responsabilidade do comitê solicitar os dados dos projetos ao INEA pois, é o órgão que  
100 tem força política para isso. E que a AGEVAP apenas fornece os profissionais da área  
101 técnica para auxiliar. Amisterdan Ribeiro (P.M. Piraí) solicitou que houvesse ordem e  
102 que a apresentação não fosse interrompida. Daiana Gelelete (AGEVAP) esclareceu que  
103 todas as resoluções apresentadas são de responsabilidade do INEA. Nelson Reis  
104 (APEDEMA-RJ) apontou a existência de empecilhos de diversas ordens, principalmente  
105 o CAUC. Wladimir (FAM RIO) apontou que o PAP tem natureza de orçamento e  
106 mencionou que para o valor seu empenhado deve estar em resolução. Solicitou que o  
107 caso de Piraí deve retornar a plenária. A resolução pode criar um direito para terceiros  
108 e não pode ser anulada, sem a ciência deste. A resolução tem papel de lei. José Paulo  
109 (OMA-Brasil) indagou se há áreas prioritárias no plano. Cesar (P.M. Paracambi) sobre o  
110 item da resolução 48/2010 questionou se a há um prazo para resposta do INEA para  
111 execução dos projetos. Daiana Gelelete (AGEVAP) informou que o INEA irá apresentar  
112 um cronograma para o Comitê Guandu, e o comitê que irá repassar a informação para  
113 os municípios até o fórum dos secretários. Carlos Cesar (P.M. Paracambi) questionou  
114 se o município pode cobrar os andamentos dos projetos a CEDAE, se ela for  
115 responsável. Comentou a respeito da sobreposição e contrapartida dos recursos  
116 oriundos da FUNASA para execução dos projetos de Paracambi e mencionou que não  
117 há sobreposição de recursos. Retornou o assunto sobreposição de projetos dos  
118 municípios. Uiara Martins (CREA-RJ) indagou porque o total dos valores referente as  
119 resoluções a partir de 2010 não foi mencionada na apresentação da Daiana. Questionou  
120 qual é o papel comitê, da AGEVAP e do INEA quanto ao acompanhamento desses  
121 processos e quanto aos prazos para revisão dos planos. Frisou que é necessário ter um  
122 gestor e fiscal para acompanhar esses projetos, assim como é feito na administração  
123 pública. Hendrik Mansur (TNC) informou que o comitê busca informações destes  
124 projetos junto ao INEA desde a gestão passada. Mencionou, ainda, que a AGEVAP é  
125 apenas órgão técnico executivo e que não tem poder para solicitar essa informação junto  
126 ao INEA. Relatou que a plenária é soberana e a diretoria colegiada, que a representa,  
127 deve atuar junto com os municípios no sentido de buscar mais informações sobre esses  
128 projetos com o INEA. O comitê que é o interessado em deliberar o recurso e não a  
129 delegatária. Franziska Huber (FAETERJ-PARACAMBI), sugeriu que se fizesse a  
130 judicialização do pedido de informação aos projetos que estão no INEA por meio de  
131 decisão da Plenária. Claudio Ribeiro (P.M. Miguel Pereira) contribuiu para  
132 esclarecimentos a respeito dos projetos, informando que o Alexandre Brioges do INEA  
133 já fez uma apresentação a respeito disto e estranhou o fato do INEA não possuir essas  
134 informações. Mencionou, ainda, os projetos realizados no Rio Santana e os projetos de  
135 saneamento rural, que estão sendo realizados por uma empresa. Informou que possui  
136 esse projeto e pode contribuir enviando para o Comitê avaliar. Daiana Gelelete  
137 (AGEVAP) declarou ser importante o envio do projeto mencionado pelo Claudio Ribeiro  
138 à secretaria executiva para dar ciência à empresa que está desenvolvendo os projetos

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTEG E CTIL-G – 06.02.2020

139 de saneamento rural. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) propôs uma reunião junto com  
140 diretores para analisar os documentos e resoluções sobre os projetos para apresentar o  
141 assunto de forma resumida nas Câmaras Técnicas. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu)  
142 mencionou os projetos realizados em Japeri em 2012 e sobre a execução deles.  
143 Gilvoneik (convidado) sugeriu que o comitê deve enviar ao INEA um ofício solicitando  
144 informações. Amisterdan Ribeiro (P.M.Pirai) relatou que problemas relativos a projetos  
145 são debatidos no comitê e os entraves são sanados, porém não há retorno sobre os  
146 projetos que estão sob a tutela do INEA. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) comentou  
147 a fala do Nelson, informando que a secretaria executiva fez um levantamento das  
148 resoluções. Sobre os planos municipais de saneamento básico relatou que a atual  
149 diretoria colegiada entrou em contato com o SEAS e INEA para ter informações sobre  
150 os projetos mencionados e que foi feita uma solicitação para que a AGEVAP pudesse  
151 dar continuidade a esses projetos, porém o pedido foi negado. Carlos Cesar (Sec.  
152 Planejamento de Paracambi) mencionou que não há sobreposição de projetos e fez  
153 comentários sobre as ETE's de Paracambi. Uiara Martins (CREA-RJ) sugeriu como  
154 encaminhamento apresentar um relatório sobre acompanhamentos dos processos,  
155 relativos aos projetos; quanto a diretoria indagou qual posicionamento da diretoria em  
156 relação ao assunto e declarou ser um retrocesso o assunto voltar à Câmara Técnica, e  
157 que só deveriam retornar a câmara técnica assuntos que não tiveram solução. José  
158 Paulo (OMA BRASIL) indagou se durante o plano foi implantada a informação de quais  
159 estações estavam funcionando. Daiana Gelelete (AGEVAP) informou que nem todos os  
160 municípios responderam e, por isso, foi feito o raio-x de esgotamento sanitário para que  
161 o comitê entenda a situação desses municípios. Jeandra Luna (FAM RIO) solicitou o  
162 retorno do assunto sobre o GT de juventude. Hendrik Mansur solicitou como  
163 encaminhamento que a diretoria deverá até o dia 13 de março levantar informações  
164 sobre os projetos junto ao INEA e sugeriu reunião extraordinária no dia 04 de março com  
165 a pauta da CT de saneamento e com o retorno da diretoria sobre os projetos  
166 mencionados. Em complemento à fala do Hendrik, Franziska Huber (FAETERJ-  
167 PARACAMBI) sugeriu que se estudasse esses projetos para fazer o devido  
168 encaminhamento ao INEA. **4 - Criação da Câmara Técnica de Saneamento.** Todos  
169 aprovaram a criação da Câmara Técnica de Saneamento. Mayná Coutinho (CEDAE)  
170 sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho dentro da CTEG, porém Uiara Martins  
171 (CREA-RJ) informou que essa proposta foi superada pela criação da Câmara Técnica.  
172 Uiara Martins (CREA-RJ) realizou a leitura da minuta de criação da Câmara Técnica de  
173 Saneamento e houve contribuições dos membros e dos convidados à minuta. Após  
174 contribuições os membros aprovaram a minuta de criação da Câmara Técnica. O item 5  
175 de **discussão sobre propostas e soluções para a crise no fornecimento de água no**  
176 **Estado do Rio de Janeiro** não foi abordado. **Encaminhamentos: Amisterdan –**  
177 **solicitou comprar um cronômetro para regular o tempo de fala dos membros.**  
178 **Hendrik - Diretoria e AGEVAP apresentem o andamento dos processos, quem é o**  
179 **fiscal e quem é gestor dos processos. E que a diretoria apresente todas as**  
180 **questões de saneamento na plenária de 04/03/2020. Franziska judicializar junto ao**  
181 **INEA os processos não concluídos.** Às 14h00m a reunião foi finalizada. Eu, Grayciele  
182 Rocha dos Santos, tomo a termo esta ata que segue assinada por:

183  
184

**Wladimir Loureiro (FAM-RIO)**  
**Coordenador da CTIL-G**

**Markus Stephan W. Budzynkz**  
**(ADEFIMPA-RJ)**  
**Coordenador da CTEG**

185 **Presentes:** Rafael Cardoso (Ternium Brasil Ltda), Rinaldo Rocha (Light S.A.), Felipe  
186 Cruz (Light S.A.), Janaina Vettorazzi(CK Paracambi), Mayná Coutinho (CEDAE),  
187 Franziska Huber (FAETERJ-PARACAMBI), Markus Budzynkz (ADEFIMPA), Marcelo  
188 Danilo (ANAGEA), André dos Santos (FONASC.CBH), Jeandra Luna Pedrosa (FAM  
189 RIO), Wladimir Loureiro (FAM RIO), Amisterdan Ribeiro (P.M. Pirai), Paulo Garcia (P.M.  
190 Japeri), Ana Paula Motta (P.M. Itaguaí), Andreia Loureiro(P.M. Queimados), José  
191 Arnaldo(P.M. Nova Iguaçu), Sandra Borges(P.M. Nova Iguaçu), Uira Martins(CREA-  
192 RJ). Convidados: Nelson Reis(APEDEMA-RJ), Gilvoneick de Souza(Defesa), Karla  
193 Aynes (SEMADETUR), Pedro Henrique(SEMADETUR), José Paulo (OMA Brasil),  
194 Antonio Sobrinho(FONASC.CBH), Marcelo dos Santos (SEMA/Mangaratiba), Gabriel  
195 Guimarães (Defensores do Planeta), Rayane Viane(Gerdau), Elaine Assis (Sec. Meio  
196 Ambiente de Paracambi), Hendrik Mansur(TNC), Saulo José A. de Paula (P.M. Miguel  
197 Pereira), Esdras da Silva (FAMEJA), Claudio Ribeiro Teixeira (P.M. Miguel Pereira),  
198 Carlos Cesar(Sec. Planejamento de Paracambi), Erica N. Mendonça (Sec. Meio  
199 Ambiente de Paracambi), Leonardo G. Machado (P.M. Mangaratiba), Gabriel Lopes  
200 (P.M. Mangaratiba), Edson Barreira, Mariluci Martelleto (PESAGRO RIO), Guilherme S.  
201 Guimarães (P.M. Nova Iguaçu), Rodrigo Rodrigues (Defensores do Planeta), Marcos  
202 Seupz (Rio Águas).